

A influência dos gêneros discursivos na constituição dos tipos de discurso

The influence of the discursive genres on the constitution of discourse types

Gustavo Ximenes Cunha*

Resumo

Este trabalho discute os problemas que a noção de tipo de discurso como entidade ou infraestrutura universal coloca para os estudos do discurso. Para isso, traz resultados de pesquisas de diferentes áreas dos estudos da linguagem (Sociolinguística, Linguística do Texto, Análise do Discurso) que evidenciam que o gênero de discurso exerce influência decisiva sobre a constituição do tipo narrativo. Os trabalhos apresentados mostram que as especificidades de cada gênero afetam a forma como os interlocutores, numa interação pertencente a um dado gênero, constroem as sequências narrativas. Esses trabalhos apontam para a urgência de se superar a ideia, mais ou menos consensual, de que gêneros e tipos são noções estanques, que não se influenciam mutuamente.

Palavras-chave: Gêneros discursivos; Tipos de discurso; Tipo narrativo.

Introdução

O objetivo deste trabalho é promover uma discussão acerca da noção de tipo de discurso, de modo geral, e de tipo narrativo, em particular. Comumente, os tipos de discurso (narração, descrição, argumentação) são definidos em diferentes abordagens da Análise do Discurso e da Linguística Textual como

* Doutorando em linguística pela UFMG e bolsista do CNPq (ximenesacunha@yahoo.com.br).

um conjunto reduzido de categorias universais que entram na composição da imensa variedade dos gêneros de discurso (reportagem, entrevista, romance, conferência etc.). Embora nessas abordagens os termos “tipos de discurso” e “gêneros de discurso” sejam conceituados sob perspectivas diferenciadas, a ideia de que os tipos são descontextualizados e de que os gêneros são contextualizados e sociohistoricamente definidos é mais ou menos consensual.

Entretanto, as representações genéricas ligadas a uma interação específica têm impacto especial sobre a constituição dos tipos de discurso. Nesse sentido, este trabalho, centrando a atenção no estudo do tipo narrativo, busca apresentar, num primeiro momento, os problemas que a noção de tipo narrativo como entidade ou infraestrutura universal coloca para os estudos do discurso. Em seguida, traz resultados de pesquisas de diferentes áreas dos estudos da linguagem (Sociolinguística, Linguística do Texto, Análise do Discurso) que evidenciam que o gênero exerce influência decisiva sobre as diferenças entre as narrativas produzidas em contextos diversos.

O tipo narrativo como estrutura universal

Em uma narração, a forma como a história é construída sofre o impacto de diversos elementos do processo interacional. Desses elementos, fazem parte desde propriedades materiais da interação, como a copresença ou a distância entre os interlocutores, até propriedades mais subjetivas, como os objetivos comunicativos associados ao ato de narrar e as imagens que cada participante da interação constrói de si e do outro.

Essa é a razão pela qual uma mesma história pode receber tratamentos diferenciados ao ser narrada em contextos cujas propriedades interacionais se modificam. Basta pensar, por exemplo, no tratamento que recebe um assalto ao ser narrado pela vítima a um policial e no tratamento que o mesmo assalto recebe ao ser narrado por uma testemunha a um amigo. Os tratamentos se diferenciam, porque os papéis e os objetivos comunicativos dos interlocutores

em cada interação se alteram de forma radical. Nessa perspectiva, as diferenças profundas entre as formas das narrativas encontradas em diferentes gêneros de discurso¹ parecem se dever exatamente às propriedades formais e interacionais de cada gênero.

No entanto, diversas correntes teóricas que estudaram a narrativa de um ponto de vista estrutural chegaram à proposição de esquemas narrativos invariantes, que seriam o “esqueleto” dos textos analisados. A proposição de esquemas narrativos invariantes tem sua origem na literatura com os trabalhos de Propp (1984). Esses trabalhos se desenvolveram com os estudos dos estruturalistas literários (Greimas, Barthes, Bremond), que foram a base para que diferentes áreas de estudos linguísticos encontrassem na pesquisa da estrutura narrativa um campo propício para a observação de vários aspectos da linguagem. Embora focalizassem a narrativa com objetivos diferentes e até divergentes, esses estudiosos perceberam recorrências na forma como o mundo narrado era construído pelos narradores. Essas recorrências permitiram a proposição desses esquemas narrativos, que representam a cadeia dos episódios presentes na maior parte dos textos estudados e o modo como esses episódios tipicamente se organizam.

Apesar das diferenças de objetivos, os autores que estudaram a estrutura da narrativa trataram-na, de modo geral, como um esquema fundamental e universal, que, ao contrário dos gêneros de discurso, não sofreria o impacto das diferenças culturais, nem da evolução e das mudanças por que passam as práticas discursivas.² Por isso, mesmo abordagens que integram a noção de gênero em seu quadro conceitual não oferecem uma explicação satisfatória

¹ Neste trabalho, a noção de “gênero de discurso” diz respeito a representações mentais esquemáticas acerca das atividades que se realizam no interior das diferentes esferas de uso da língua (acadêmica, jornalística, familiar etc.). Especificamente, essas representações constituem um conjunto de expectativas sociohistoricamente constituídas pelos membros de uma comunidade, que os auxiliam na realização de práticas interacionais conjuntas (FILLIETTAZ, 2000, 2003, 2006).

² A ideia de que a estrutura narrativa é imune às diferenças e às transformações sociais se depreende da seguinte passagem de Bonini (1999, p. 313): “Na medida em que as convenções de tempo não se alteraram substancialmente nos últimos 2.000 anos, o esquema narrativo fundamental também não se alterou, sendo dado, por estudos transculturais, como um esquema universal”.

das diferenças estruturais profundas que se podem notar entre as sequências narrativas extraídas de textos pertencentes a diferentes gêneros.

Supondo que, ao longo da história, o esquema narrativo se manteve o mesmo, uma vez elaborado o esquema, essas abordagens passam a tomá-lo como uma espécie de padrão, com o qual as sequências devem se identificar para serem consideradas narrativas. Em outros termos, essas abordagens tratam as sequências narrativas extraíndo o que elas têm em comum com um esquema abstrato. Adam (1992), por exemplo, propõe que esse esquema seja tomado como um protótipo. Na proposta desse autor, as diferenças que caracterizam as sequências narrativas de gêneros diversos podem ser explicadas apenas em termos de graus de semelhança com o protótipo narrativo.

Da mesma maneira que o protótipo do pássaro – geralmente mais próximo do pardal ou do canário – permite distinguir uma coruja, uma cegonha ou mesmo um avestruz e um pinguim de outros animais, parece existir um esquema prototípico da sequência narrativa que permite distingui-la de uma sequência descritiva, argumentativa ou outra. É o esquema ou imagem mental do protótipo-objeto abstrato, construído a partir de propriedades típicas da categoria, que permite o reconhecimento ulterior deste ou daquele exemplo como mais ou menos prototípico. (ADAM, 1992, p. 30-31, tradução nossa.).

Ao reduzir o problema das diferenças entre as narrativas produzidas no contexto de gêneros diversos a uma questão de maior ou menor semelhança com um esquema abstrato, essas abordagens deixam à margem o problema do impacto do gênero sobre a forma das sequências narrativas, e desconsideram as variações dos esquemas que propõem. Quando a questão da influência do gênero sobre as sequências do texto é abordada, faz-se referência apenas à dominância sequencial, ou seja, ao tipo de sequência (narrativo, descritivo, argumentativo) que predomina em um ou outro gênero. Não se explicam, portanto, as diferenças que intuitivamente reconhecemos entre as sequências narrativas produzidas em diferentes contextos, moldadas por diferentes gêneros.

Por essas razões, as abordagens que tratam a narrativa como um esquema fundamental e universal deixam em aberto os seguintes questionamentos:

- a) há um esquema narrativo universal, que seria recorrente em todas as produções textuais, independentemente do gênero? Ou cada gênero, dependendo das finalidades comunicativas que a ele se associam, elabora um esquema narrativo típico?;
- b) caso a hipótese do esquema universal se mostre insatisfatória, há, em cada gênero, apenas um esquema narrativo típico ou há um conjunto de esquemas narrativos típicos?;
- c) se cada gênero elabora mais de um esquema narrativo típico, é possível associar a cada um desses esquemas uma função ou funções no discurso?

Na tentativa de compreender o impacto do gênero sobre a constituição dos tipos de discurso, de modo geral, e do tipo narrativo, em particular, serão apresentados a seguir os resultados de alguns trabalhos que fornecem pistas sobre cada uma dessas três questões.

Cada gênero, dependendo das finalidades comunicativas que a ele se associam, elabora um esquema narrativo típico?

Ao estudar relatos orais de experiência pessoal, Labov (1972) aponta que os estudos literários analisaram o começo, o meio e o fim das narrativas de gêneros como o conto popular e não fizeram referência a elementos estruturais encontrados nos relatos orais. Na estrutura narrativa proposta por Labov, as proposições propriamente narrativas são a complicação e a resolução. Essas proposições têm por função representar o conteúdo referencial da narrativa, e as orações que as verbalizam estão ligadas por uma “juntura temporal” ou por uma relação de sucessão temporal. Entretanto, as narrativas de experiência pessoal apresentam ainda proposições que Labov chama de livres, porque não ocupam um lugar fixo na estrutura. Essas proposições são o resumo, a

avaliação e a coda, e estão diretamente ligadas ao tipo de interação face a face estudado por Labov.

Em linhas gerais, o resumo sinaliza para o ouvinte que um turno de maior extensão se inicia, bem como a natureza narrativa desse turno. Já a avaliação indica a razão de ser da narrativa ou por que a história está sendo narrada. Por fim, a coda sinaliza o final da sequência de ações que se iniciou na complicação e permite ao locutor passar do mundo da narrativa para o mundo da interação.

A presença e a recorrência das proposições livres (resumo, avaliação e coda) na estrutura das narrativas de relatos orais e a ausência dessas mesmas proposições na estrutura das narrativas de gêneros literários parecem evidenciar que o esquema narrativo proposto por Labov é decorrente de propriedades interacionais típicas do gênero relato de experiência pessoal: copresença espacial e temporal, modalidade oral, estruturação do texto por turnos etc.

Fornecendo evidência semelhante, Bentes (2000), ao estudar as estórias do folclore amazônico, busca definir dois gêneros, o conto popular e a história oral, cercado as suas especificidades. Uma das ferramentas de que a autora se vale para realizar essa tarefa é a estrutura narrativa de Labov. Com base na análise de um total de trinta textos, a conclusão a que ela chega é a de que “a categoria ‘resolução’ pode estar ausente em estórias orais, o que não acontece nos contos populares.” (BENTES, 2000, p. 231).

Ao analisar gêneros conversacionais, como a entrevista midiática, Bres (2009) sustenta que a estrutura narrativa laboviana não dá conta do funcionamento interativo das sequências narrativas produzidas nesses gêneros. Nas entrevistas sociolinguísticas de Labov (1972), o papel do entrevistador é reduzido, porque se limita a solicitar ao outro que fale sobre um acontecimento excepcional ou perigoso. Dessa forma, a estrutura de Labov oferece condições para o estudo de narrativas homogêneas do ponto de vista interacional e não daquelas que, à maneira das entrevistas televisivas, são encaixadas na conversação e, por isso mesmo, exibem uma série de elementos decorrentes desse encaixamento. Bres analisa esses elementos

como outras proposições que se acrescentam àquelas já presentes na estrutura de Labov (1972).

De modo geral, Bres (2009) observa que, em gêneros como as entrevistas televisivas, o resumo é antecedido pelo protocolo de acordo, proposição em que os interlocutores, em pares adjacentes de turnos de fala, negociam a narrativa, propondo-a ou solicitando-a. No próprio protocolo de acordo ou na orientação, o produtor da narrativa pode verificar, geralmente por meio de perguntas, conhecimentos do interlocutor sobre as informações da orientação. Em enunciados como “Não sei se você conhece fulano” ou “Sabe onde fica X?”, há a proposição apontamento (*pointage*). No interior da narrativa, de modo geral, antecedendo a complicação, enunciados, como “Te juro!”, “Não é mentira!” ou “Pergunte ao fulano”, têm como função sustentar a veracidade dos fatos narrados, evitando que o locutor seja acusado de mentiroso. Para Bres (2009), esses enunciados caracterizam a proposição veridicção. Por fim, a narrativa produzida em entrevistas midiáticas costuma ser seguida pela resposta do narratário, proposição em que o ouvinte reage à narrativa, aprovando-a, reprovando-a ou até propondo outra narrativa sobre o mesmo tema.

Ao tratar da descrição em diferentes gêneros, Maingueneau (1996, p. 166) observa que “não se descreve segundo as mesmas regras numa epopeia medieval e num romance naturalista”, porque se trata de “processos [descritivos] estritamente dependentes dos gêneros de discurso”. Com base nos trabalhos apresentados, parece ser possível estender o mesmo raciocínio à narração: não se narra da mesma forma em um relato de experiência pessoal, em um conto popular ou em entrevistas midiáticas.

Dessa forma, os trabalhos aqui citados sugerem que um gênero, dependendo das finalidades comunicativas que a ele se associam, elabora uma forma narrativa típica.

Em cada gênero, há apenas um esquema narrativo típico ou um conjunto de esquemas típicos?

De modo geral, os trabalhos que, ao estudar um gênero, propõem a existência de um esquema narrativo típico dão grande importância e destaque a esse esquema, que é o mais recorrente, e desconsideram as sequências cujas estruturas constituem variações desse esquema típico. Ao desconsiderar essas variações, esses trabalhos nada dizem sobre o grau de recorrência das estruturas variantes e menos ainda sobre as diferenças de forma e de função entre essas estruturas e a estrutura ou o esquema invariante. Assim, a questão dos graus de recorrência e de tipicidade dos vários esquemas narrativos encontrados em um gênero parece não ter sido investigada seriamente até hoje. No entanto, existem trabalhos que apontam para a existência de mais de um esquema narrativo em um mesmo gênero e que vislumbram de alguma maneira a questão do grau de tipicidade desses esquemas.

Ao estudar a articulação de orações adverbiais em sequências narrativas e dissertativas, Decat (1993) observa que, na maior parte das sequências narrativas do gênero relato pessoal, predomina a relação de tempo entre os seus constituintes, porque essas sequências apresentam estruturas que localizam os eventos no tempo. Porém, em um número menor de sequências, predominam outras relações, como a de motivo. Além dessas, a autora encontrou um número ainda menor de sequências narrativas em que a relação de tempo não foi nem mesmo utilizada. Lançando mão do esquema narrativo de Labov (1972), Decat (1993, p. 248) atribui essa diferença no uso das relações “ao privilégio dado ora à parte da orientação, ora à de avaliação da narrativa”. Basicamente, quando se privilegia a orientação, predomina a relação de tempo; e, quando se privilegia a avaliação, predomina a relação de motivo, que articula constituintes do texto responsáveis por fornecer explicações, comentários e julgamentos sobre os acontecimentos propriamente narrativos, a complicação e a resolução.

Os resultados apresentados por Decat (1993) evidenciam, no conjunto das histórias analisadas, uma heterogeneidade de formas narrativas, que se definem pela estrutura referencial, organizando os episódios da narrativa, e pela estrutura textual, articulando os constituintes do texto por meio das relações de discurso. Nas palavras da autora, “os resultados das investigações mostraram não haver, num determinado discurso, uma exclusividade de formas.” (DECAT, 1993, p. 248).

Numa outra perspectiva teórica, mas seguindo na mesma direção, Filliettaz (2001) estudou quatorze textos pertencentes ao gênero transação comercial e encontrou um conjunto de três formas narrativas, que exibem diferentes graus de recorrência. Nesse gênero, a sequência narrativa completa, que corresponde ao esquema narrativo elaborado por Adam, é a forma narrativa menos frequente (apenas uma ocorrência). Já o informativo (*compte rendu*), forma narrativa mais sintética e menos desenvolvida, exibe uma frequência maior (oito ocorrências). Por fim, a menção (*mention*), narrativa mínima composta por apenas um enunciado, é a forma narrativa mais frequente (dez ocorrências). O estudo realizado por Filliettaz (2001) mostra que no gênero transação comercial não há apenas uma forma narrativa, mas três formas, das quais apenas duas (o informativo e a menção) têm um grau maior de recorrência.

Outro trabalho que sugere a existência de mais de uma forma narrativa em um gênero é o de Bres (2001). Inserido na tradição dos estudos labovianos, o autor questiona o critério da junção temporal proposto por Labov, que define a unidade de base da narrativa como uma sequência de duas orações temporalmente ordenadas, que verbalizam a complicação e a resolução. Conforme Bres (2001), Labov defende que não se podem inverter orações temporalmente ordenadas, como as da sequência seguinte, extraída de Bres (2001):

(1) O bebê chorou (complicação). A mãe o carregou (resolução).

A inversão das orações implicaria a alteração da interpretação semântica original:

(2) A mãe carregou o bebê (complicação). Ele chorou (resolução).

Em (1), o choro do bebê antecede e motiva a atitude da mãe. Inversamente em (2), a atitude da mãe antecede e motiva o choro do bebê.

Porém, analisando entrevistas sociolinguísticas, Bres (2001) encontrou sequências narrativas, cujas orações não estão temporalmente ordenadas e se ligam por um tipo de relação que ele denomina regressão temporal. No exemplo que se segue, que parafraseia a sequência (1), as orações estão ligadas por uma relação de regressão temporal:

(3) A mãe carregou o bebê (resolução), quando ele chorou (complicação).

Em (3), a ordem dos acontecimentos no discurso é inversa à ordem cronológica desses acontecimentos. Mesmo assim, é possível compreender que, primeiro, o bebê chorou e, em seguida, a mãe o carregou. Ao contrário do que defende Labov, em (3), a inversão das orações de (1) não alterou a interpretação semântica original: a resolução é verbalizada na primeira oração, ao passo que a complicação é verbalizada na segunda oração. Bres (2001) mostra que, em entrevistas sociolinguísticas, sequências narrativas com a forma <resolução-complicação> (relação de regressão) são quase tão frequentes quanto sequências com a forma <complicação-resolução> (relação de sucessão).

Os trabalhos mencionados de maneira breve neste subitem sugerem que, em um gênero, não há apenas um esquema narrativo típico, mas um conjunto de esquemas típicos.

Cada esquema narrativo está associado a uma função no discurso?

Quanto ao problema das funções que os esquemas narrativos exercem no texto, os trabalhos de Filliettaz (2001) e de Bres (2001) permitem algumas reflexões. Filliettaz (2001) defende que os informativos e as menções, que são as formas narrativas mais frequentes no gênero estudado pelo autor, têm por função garantir o sucesso da transação comercial. Informando se a compra de um livro foi motivada pelo pedido de um amigo ou por uma pesquisa em andamento, o locutor especifica as propriedades referenciais da interação e possibilita o desenvolvimento da transação de compra e venda. Já as sequências narrativas completas, segundo Filliettaz (2001), têm como função propiciar a expressão da subjetividade, por ser possível por meio delas representar um mundo no qual o locutor pode se colocar em cena como personagem. Como o gênero transação comercial se caracteriza por uma menor subjetividade por parte dos interlocutores, compreende-se por que as sequências narrativas completas são menos empregadas do que os informativos e as menções.

Já o trabalho de Bres (2001), dedicado a questionar o critério laboviano da junção temporal para a identificação da sequência narrativa, não trata das funções das formas narrativas. Entretanto, é possível relacionar as constatações de Bres (2001) com estudos que tratam da forma e da função de orações complexas, cuja oração principal é precedida ou seguida por uma oração adverbial temporal.

Em estudo sobre as adverbiais temporais do português brasileiro, Braga (1999, p. 453) observa que “as orações adverbiais que aparecem antes da oração núcleo criam o pano de fundo, a orientação temporal para os eventos que serão referidos nas seguintes”. Braga (1999, p. 455) associa ainda às orações adverbiais temporais antepostas outras funções, “tais como a sinalização de uma mudança na orientação do discurso que estava sendo desenvolvido”, bem como a indicação de que um novo episódio, um novo argumento ou uma nova sequência se inicia. Já a oração adverbial posposta à

principal restringe a asserção expressa pela oração núcleo e pode funcionar “como um adendo motivado pela necessidade de acréscimo de informação, possivelmente considerada relevante pelo falante.” (BRAGA, 1999, p. 455).

Sistematizando essa série de funções em relação ao par de formas narrativas identificado por Bres (2001), percebe-se que a forma <complicação-resolução> (relação de sucessão) pode ser constituída por uma oração complexa, em que a adverbial temporal antecede a oração principal (“Quando o bebê chorou, a mãe o carregou”). A essa forma podem se associar as funções: a) indicar a complicação da narrativa como o pano de fundo da resolução; b) mudar a orientação discursiva; e c) introduzir um novo episódio da estrutura narrativa.

Por sua vez, a forma <resolução-complicação> (relação de regressão) pode se constituir de uma oração complexa, cuja adverbial temporal sucede a oração principal (“A mãe carregou o bebê, quando ele chorou”). Essa forma pode ser associada às seguintes funções: a) indicar a complicação da narrativa como uma restrição da resolução; b) indicar a complicação da narrativa como um adendo em relação à resolução; c) do ponto de vista informacional, colocar a resolução da narrativa numa posição saliente, de destaque.

A apresentação do estudo de Filliettaz (2001) e a aproximação dos estudos de Bres (2001) sobre a relação temporal na narrativa, e de Braga (1999) sobre a forma e a função das orações adverbiais temporais, fornecem indícios para se pensar que cada esquema narrativo se associa a, pelo menos, uma função no discurso.

Considerações finais

Os trabalhos cujos resultados foram apresentados no item anterior mostram que são insatisfatórias as abordagens que, desenvolvendo as pesquisas dos estruturalistas literários, concebem o tipo narrativo como um esquema fundamental e universal. Vimos que, para essas abordagens herdeiras do

estruturalismo, o tipo, ao contrário dos gêneros de discurso, não sofre o impacto das diferenças culturais, nem da evolução e das mudanças por que passam as práticas discursivas. Conseqüentemente, o tipo é uma entidade abstrata e atemporal, que, paradoxalmente, participa da construção composicional dos gêneros, mas não sofre a sua influência.

Porém, os trabalhos apresentados mostram que, ao contrário dessa concepção, as especificidades de cada gênero (visadas, número e *status* social dos interlocutores, proximidade ou distância espacial e temporal etc.) afetam a forma como os interlocutores, numa interação pertencente a um dado gênero, constroem as sequências narrativas. Nesse sentido, esses trabalhos apontam para a urgência de se superar a ideia, mais ou menos consensual, de que gêneros e tipos são noções estanques, que não se influenciam mutuamente.

Abstract

This work discusses the problems that the notion of discourse type as universal entity or infrastructure places for studies of discourse. The results of researches in different fields of language study (Sociolinguistics, Linguistic of text, Discourse Analysis) show that the discourse genre exerts a decisive influence on the formation of the narrative type. The presented works show that the specificities of each genre affects on how the interlocutors, in a given interaction, build the narrative sequences. Accordingly, they point to the urgency of overcoming the, more or less consensual, idea that genres and types are notions that do not influence each other.

Keywords: Discursive genres; Discourse Types; Narrative type.

Referências

ADAM, J. M. **Les textes:** types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

BENTES, A. C. **A arte de narrar:** da constituição das estórias e dos saberes dos narradores da Amazônia paraense. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

BONINI, A. Reflexões em torno de um conceito psicolinguístico de tipo de texto. **Revista DELTA**, v. 15, n. 2, p. 301-318, 1999.

BRAGA, M. L. Os enunciados de tempo no português falado do Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.) **Gramática do português falado**: novos estudos. Campinas: Editora da Unicamp/Humanitas/Fapesp, 1999. p. 443-459.

BRES, J. De la textualité narrative en récit oral: l'enchaînement des propositions narratives. **Revue québécoise de linguistique**, n. 18, p. 23-50, 2001.

BRES, J. Structure de récit oral conversationnel. In: BRES, J. **Approches de l'oral**. Université Paul-Valéry – Montpellier 3, 2009.

DECAT, M. B. N. **Leite com manga morre!** Da hipotaxe adverbial do português em uso. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

FILLIETTAZ, L. Formes narratives et enjeux praxéologiques. Quelques remarques sur les fonctions du *raconter* em contexte transactionnel. In: VINCENT, D.; BRES, J. (Eds.). Le discours oral conversationnel, **Revue québécoise de linguistique**, 2001.

VINCENT, D.; BRES, J. (Eds.). **Actions, activités et discours**. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra.

VINCENT, D.; BRES, J. (Eds.). Textualisation et cadrage des activités: une analyse praxéologique des interactions de service. In: MARI, H. et al. **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2003, 179-213.

VINCENT, D.; BRES, J. (Eds.). La place du contexte dans une approche praxéologique du discours. Le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. **Pratiques**, Genebra, n. 129/130, p.71-88, 2006.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. **Language in the inner city**: studies in the black english vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PROPP, V. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.